

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 150/XII/ 4.ª SL

Aos 09 dias do mês de outubro de 2014, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audiência do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas.

Audiência do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas.

O Sr. Deputado Carlos Aberto Gonçalves, Vice-Presidente, presidiu à reunião, tendo começado por cumprimentar os Srs. Conselheiros e os membros da Comissão presentes. Disse que a audiência se destinava primordialmente a ouvir os Conselheiros pelo que passou de imediato a palavra ao Sr. Presidente do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas, Dr. Fernando Gomes.

O Dr. Fernando Gomes começou por se referir à proposta de lei aprovada pelo Governo e em apreciação na Assembleia da República que visa alterar a Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro, que define as competências, modo de organização e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas. A reestruturação em secções regionais é boa ideia, mas implicaria um reforço substancial no orçamento e salientou que há 13 anos o orçamento era três vezes mais do que o atual. Referiu ainda que nunca são ouvidos sobre a lei do orçamento e considerou que a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas deveria ter alguma sensibilidade para esta questão.

As Sras. Deputadas Maria Ester Vargas (PSD), Maria José Moreno (PSD), Carla Cruz (PCP) e Helena Pinto (BE) e os Srs. Deputados Carlos Páscoa (PSD) e Nuno Magalhães (CDS-PP) intervieram para cumprimentar os Conselheiros presentes e salientar a importância desta reunião no quadro do debate da lei de alteração da lei que define as competências, modo de organização e funcionamento do Conselho das

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 150/XII/ 4.ª SL

Comunidades Portuguesas e questionar sobre benfeitorias que poderão ser introduzidas na proposta de lei em análise.

Quanto à questão da nacionalidade, o Dr. Fernando Gomes referiu que os netos dos portugueses na diáspora podiam obter a nacionalidade se os pais a tinham ou pedir a naturalização se os pais não tinham a nacionalidade portuguesa. Isto prendia-se com o facto de haver muitos países que até há pouco tempo não permitiam a dupla nacionalidade. O que se deseja é repor a igualdade entre netos de emigrantes e referiu que, segundo um estudo da Universidade de Toronto, é o neto que faz a maior ligação ao país de origem familiar. Exemplificou com a situação do Brasil em que até há pouco tempo um funcionário público, filho de emigrantes, não podia pedir a nacionalidade portuguesa pois nesse caso perdia o emprego. Agora os seus filhos já podem pedir a nacionalidade portuguesa e quem quer a nacionalidade portuguesa não é para viajar para os EUA ou para a Europa.

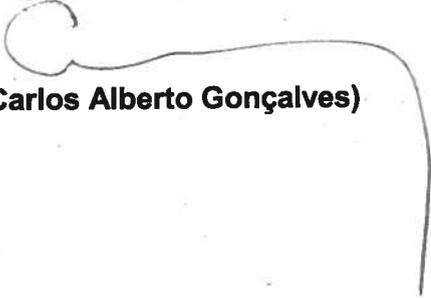
O Sr. Vice-Presidente Carlos Alberto Gonçalves agradeceu a presença dos Senhores Conselheiros e as questões que tinham abordado durante a reunião.

A audiência foi gravada encontrando-se o registo áudio disponível no *site* da Comissão na Internet.

A reunião foi encerrada às 13:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 novembro 2014.

O VICE-PRESIDENTE



(Carlos Alberto Gonçalves)



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 150/XII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Helena Pinto
Maria Ester Vargas
Maria José Moreno
Maria Manuela Tender
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
Jorge Rodrigues Pereira

